

JORGE M. PEDREIRA MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO
NUNO SEVERIANO TEIXEIRA PEDRO AIRES OLIVEIRA

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

PORTUGAL 1808-2000



ORGANIZAÇÃO DE
ANTÓNIO COSTA PINTO
E NUNO GONÇALO MONTEIRO

Fundación
MAPFRE



PRÓLOGO

Entender o mundo em que vivemos é cada vez mais necessário e estimulante, não apenas para conhecer os grandes acordos diplomáticos e geopolíticos, mas também para compreender como as questões que transcendem o âmbito local ou nacional afetam os cidadãos.

A par das forças profundas a que aludiam Pierre Renouvier e Jean Baptiste Duroselle, velhos e novos fatores intervêm na configuração atual das relações internacionais, com certeza mais poliédricas e complexas do que em qualquer outro momento da História.

Na era da pós-verdade e do acesso à informação em massa, publicações como esta *História das Relações Internacionais Contemporâneas* são essenciais para conhecer de modo rigoroso um período-chave da História de Portugal e o seu papel no cenário internacional. O ensaio introdutório, assim como os cinco resumos que compõem o livro, é uma aproximação suave e esclarecedora à política externa portuguesa e ao contexto internacional em que se desenvolveu.

É com prazer que a Fundación MAPFRE participa na realização deste volume dirigido pelos historiadores Nuno Monteiro e António Costa Pinto e que se junta à coleção editada em colaboração com a Penguin Random House, com o título «História Contemporânea de Portugal».

Fundación MAPFRE

ÍNDICE

Introdução	11
<i>António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro</i>	
As guerras napoleónicas, a aliança inglesa e a separação do Brasil . .	15
<i>Jorge Pedreira</i>	
As diplomacias dos «Novos Brasis em África» (1834-1890)	77
<i>Miguel Bandeira Jerónimo</i>	
Do império ameaçado à intervenção na Grande Guerra (1890-1930)	121
<i>Nuno Severiano Teixeira</i>	
Portugal no Mundo	159
<i>Pedro Aires Oliveira</i>	
Democratização, do colonialismo tardio à integração europeia (1960-2010)	207
<i>Nuno Severiano Teixeira</i>	
Cronologia	241
Bibliografia	247
Índice onomástico	259
Os Autores	265

INTRODUÇÃO

António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro

Continuidade ou mudança? As relações de Portugal, como entidade política, e dos portugueses com o mundo nos últimos duzentos anos foram marcadas pela permanência de algumas vertentes fundamentais, ou, ao invés, sofreram mutações significativas? No plano político e diplomático, a persistência no tempo de dimensões essenciais cuja génese foi muito anterior, como o temor da absorção pelo vizinho ibérico, como a aliança inglesa e seus sucedâneos político-militares ou como as preocupações com territórios coloniais e pós-coloniais extraeuropeus, parece inclinar a balança para a primeira possibilidade. E, mesmo se alargarmos o inquérito a outros planos, nos quais a emigração tem necessariamente de ocupar um lugar destacado, esse sentido parece ainda prevalecer.

Entretanto, a leitura atenta dos capítulos que aqui se retomam¹, apesar de neles predominar a referida vertente diplomática das relações externas, não deixa de sugerir também

¹ Este volume constitui uma versão revista e ampliada dos capítulos sobre «Portugal no mundo» da *História Contemporânea de Portugal: 1808–2010*, 5 vols., Lisboa, Objectiva, 2013/2015, sendo publicado por iniciativa da Fundação MAPFRE e da Editora Objectiva. A obra inclui capítulos sobre outras matérias que têm vindo a ser reeditadas em versões revistas e atualizadas. Os volumes originários foram coordenados por Jorge M. Pedreira e Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Tavares de Almeida, Nuno Severiano Teixeira, José Luís Cardoso e António Costa Pinto.

algumas assinaláveis descontinuidades e oscilações. Portugal não deixou de participar em grandes ciclos globais, pautados também por assinaláveis variações na abertura ou restrições das relações internacionais. Como foram o das revoluções e da implantação do liberalismo, o período entre a Grande Guerra e a Segunda Guerra Mundial, ou os anos de expansão económica e de mudança que a esta se seguiram. A neutralidade bélica que muitas vezes se imputa à política externa de Portugal não evitou que o país se visse envolvido em dois grandes conflitos globais, como foram as guerras napoleónicas, o último que atingiu os seus territórios europeus, o qual tentou evitar a todo o custo, e a Grande Guerra, onde, ao invés, forçou a sua participação militar. As relações diplomáticas com Espanha, por exemplo, conheceram algumas conjunturas de tensão, escassos momentos de simpatia iberista em Portugal e um frequente alinhamento de facto, que cedo coexistiu como um discurso político e uma socialização escolar portuguesas de cunho acentuadamente antiespanhol. Por fim, a opção colonial, sustentada pela mitologia imperial de um país «pequeno na Europa, mas grande no mundo», parece balizar um tempo múltiplo mas prolongado, que abrange a desintegração do recente reino unido Portugal-Brasil, a construção do novo império, as guerras coloniais e as descolonizações coincidentes como o derrube do Estado Novo, para dar lugar a um ciclo de integração europeia e de desafios da globalização. Mas pode também alegar-se que esta última é uma orientação muito mais remota, além de cada vez mais marcada pela fluidez das suas fronteiras geográficas e institucionais, coexistindo com opções multilaterais.

Aliar uma informação sustentada sobre o passado com as renovadas interrogações que o presente necessariamente convoca foi o que se pretendeu reunir nas diversas contribuições para este livro sobre Portugal e o Mundo na Época Contemporânea, da autoria de destacados académicos. No capítulo 1, Jorge M. Pedreira escreve sobre as guerras napoleónicas, a aliança inglesa

e a separação do Brasil (1808-1834); no Capítulo 2, Miguel Bandeira Jerónimo debruça-se sobre as diplomacias dos «novos Brasis em África» (1834-1890); no capítulo 3, Nuno Severiano Teixeira ocupa-se do império, o Atlântico e a Grande Guerra (1890-1930); Pedro Aires de Oliveira analisa no capítulo 4 a Política externa do Estado Novo (1930-1960); finalmente, no capítulo 5, Nuno Severiano Teixeira, escreve sobre a democratização, do colonialismo tardio à integração europeia (1960-2010).



Apoteose de Wellington (ca. 1812)
Domingos António de Sequeira

AS GUERRAS NAPOLEÓNICAS,
A ALIANÇA INGLESA E A SEPARAÇÃO
DO BRASIL

Jorge Pedreira

A MONARQUIA PLURICONTINENTAL
E A ALIANÇA INGLESA

Nas instruções que entregou a Luís Vasconcelos e Sousa, quando este assumiu as funções de vice-rei do Brasil, em 1778, o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, escrevia: «É demonstrativamente certo que, sem o Brasil, Portugal é uma insignificante potência; e que o Brasil sem forças é um preciosíssimo tesouro abandonado a quem o quiser ocupar.» E completava o seu raciocínio: «O pequeno continente de Portugal, tendo braços muito extensos, muito distantes, e muito separados uns dos outros, quais são os seus domínios ultramarinos nas quatro partes do mundo, não pode ter meios, nem forças, com que se defenda a si próprio, e com que acuda ao mesmo tempo com grande socorro à preservação e segurança dos mesmos domínios.»

Com efeito, as possibilidades de integração de Portugal no mundo e, em particular, a sua incorporação no sistema internacional de Estados, em que a competição mercantilista adquiria uma força determinante, eram fortemente condicionadas pela configuração pluricontinental da monarquia e por essa desproporção entre, por um lado, os escassos recursos próprios de um pequeno Estado na extrema periferia ocidental da Europa e, por

outro, a extensão e dispersão do império. Um império que, embora diminuído relativamente às proporções que tivera antes da união dinástica com Espanha, ainda integrava, além do Brasil, uma série de feitorias, fortalezas, cidades e pequenas colónias nas duas costas de África, na Índia, no Sudoeste Asiático (Timor) e na China (Macau).

Convém sublinhar, porém, que, se a dimensão pluricontinental da monarquia constituía um fator primordial na relação com as demais potências europeias, já os contactos com as potências onde estavam encravados alguns dos domínios ultramarinos eram um fator menor das relações externas de Portugal. Assim mesmo, eram esses domínios que lhe conferiam o peso, ainda que escasso, que tinha na balança europeia; em particular o Brasil, vasto território em permanente expansão, de onde vinham mercadorias e matérias-primas distribuídas por toda a Europa e, desde os últimos anos do século XVII, o ouro e, mais tarde, os diamantes.

Portugal emergira da Guerra da Restauração (1640-1668) reduzido à condição de potência de terceira ordem. Para a obtenção do reconhecimento da independência, o auxílio de Inglaterra, conseguido à custa de uma dispendiosa aliança matrimonial e da concessão de importantes privilégios comerciais, esteve longe de ser irrelevante. A superior capacidade militar do Estado vizinho, que só a sua exaustão após quase um século de guerras inibira, continuaria a constituir uma ameaça latente à segurança dos territórios portugueses, tanto na Europa como na América. Para preservar essa segurança, seria decisiva a aliança com uma das potências de primeira grandeza e a opção entre elas tornou-se inadiável com a abertura da questão sucessória em Espanha na viragem para o século XVIII.

Depois de um alinhamento inicial com França, a Aliança Inglesa foi consolidada no contexto da Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1713) pela celebração do famigerado Tratado de Methuen (1703). Porém, a participação na conflagração

saldou-se pela frustração das pretensões portuguesas. Os soberanos portugueses escolheram, desde então, retirar-se do teatro dos conflitos internacionais, o que, por si só, não garantia a paz. No jogo da competição entre as principais potências europeias, não era difícil imaginar circunstâncias em que Portugal se visse forçado a optar entre as partes em confronto, ou em que a navegação ou os próprios domínios ultramarinos fossem atacados pelas armadas ou corsários de alguma potência estrangeira. Continuava a ser necessário contar com o auxílio, em último recurso, de um aliado poderoso.

Entregou-se, assim, a defesa da monarquia, que parecia impossível assegurar com forças próprias, ao arbítrio da Aliança Inglesa. Do aliado britânico, que emergia como a maior potência marítima europeia – e esse terá sido o mais relevante critério de escolha –, esperava-se que fosse o último garante não só da segurança da navegação entre a metrópole e o Brasil, de que dependiam cada vez mais a economia mercantil do império e as finanças da coroa, mas da própria conservação da monarquia.

Do ponto de vista da corte de Lisboa, a aliança adequava-se perfeitamente às opções fundamentais da política externa, funcionando como dissuasora das veleidades de eventuais inimigos, sem prejudicar a prossecução da estratégia de distanciamento relativamente aos confrontos europeus. Tal só foi possível também pelas características singulares da aliança. Então, as alianças eram, em geral, transitórias, instrumentais, especificando rigorosamente as obrigações de cada um dos aliados, em função de objetivos determinados. Pelo contrário, a coligação entre Portugal e Inglaterra distinguia-se pela sua duração indeterminada e pelo seu carácter genérico. Era, além disso, muito assimétrica, unindo uma das principais potências europeias a uma potência de terceira ordem, que necessitava em absoluto de auxílio para a sua conservação, mas que, em troca, dificilmente podia conceder mais do que facilidades logísticas, em especial portuárias. A mesma falta de reciprocidade registava-se a nível comercial,

em resultado dos amplos privilégios facultados pelos portugueses. De resto, na relevância das questões comerciais residia justamente outra das particularidades da Aliança.

Num cenário de polarização da competição entre os Estados europeus em torno da rivalidade franco-britânica, a Aliança Inglesa, da qual se esperava que fosse uma salvaguarda contra a guerra, podia afinal criar novos perigos, como veio a comprovar-se no contexto da Guerra dos Sete Anos. A entrada de Espanha na guerra ao lado de França, em 1761, fez de Portugal um beligerante, por mais que tivesse tentado evitá-lo. Nessa ocasião, ficou demonstrado quanto a monarquia portuguesa dependia da Aliança para assegurar a sua defesa; mas também até que ponto essa coligação representava um risco para a sua segurança. Afinal, a invasão de Portugal, em 1762, não ficou a dever-se a qualquer contencioso direto com Espanha ou França, mas à recusa em mudar o seu campo de alianças e em aderir ao Pacto de Família dos Bourbon, mantendo-se fiel ao aliado britânico. Desvanecera-se, assim, a harmonia entre a conservação da aliança e a estratégia de distanciamento relativamente às disputas entre as potências europeias.

No prosseguimento dessa estratégia, introduziu-se uma derivação na orientação da política estrangeira, expressa, designadamente, pela pública afirmação da neutralidade na guerra que opôs os colonos rebeldes da América do Norte à Grã-Bretanha (1775-1783). Essa derivação ia ainda no sentido de uma diversificação das relações diplomáticas (e comerciais) e de uma concertação com Espanha.

Contudo, este desvio da orientação diplomática geral desenvolvia-se nos estritos limites consentidos pela preservação da Aliança Inglesa. A supremacia naval britânica, reforçada durante a Guerra dos Sete Anos, tornava evidente que a escolha do outro campo de alianças, embora nessa ocasião pudesse ter poupado o país à invasão estrangeira, teria significado o bloqueio de Lisboa, o mais do que certo apresamento, ou destruição, da frota

portuguesa e, acima de tudo, a interrupção da comunicação com o Brasil. A Aliança constituía, por isso, na sua singular configuração, o eixo estratégico fundamental da política externa de Portugal e o vínculo mais constante pelo qual se incorporava no sistema internacional.

Nas décadas seguintes, as profundas transformações da política europeia vieram colocar a posição estratégica de Portugal sob fortíssima pressão. A invasão e ocupação estrangeira do território nacional, a longa guerra subsequente e a transferência da corte para o Rio de Janeiro tiveram vastas repercussões, determinando uma mudança profunda na posição de Portugal no mundo. Em causa estava não apenas a conservação do seu estatuto de potência colonial, mas também a sua própria unidade territorial e até a sua subsistência enquanto entidade política soberana. Portugal viveria, então, uma das mais críticas situações da sua história. A Aliança Inglesa, apesar de vicissitudes várias, sobreviveu-lhe; no entanto, com a separação definitiva do Brasil e as perturbações da história política interna, o contexto mudou de forma radical.

AS PRIMEIRAS GUERRAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

No último quartel do século XVIII, a política europeia, com os seus prolongamentos coloniais, conheceu uma profunda transformação. A doutrina do equilíbrio dos poderes, ou da balança entre potências, continuava a imperar no pensamento diplomático europeu, designadamente depois da Guerra dos Sete Anos, mas não podia servir como garantia para a paz, pois, tendo-se formado um largo consenso sobre as vantagens do equilíbrio entre potências relativamente à hegemonia de apenas uma delas, nenhum acordo era possível sobre o perfil em concreto desse equilíbrio.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

PORTUGAL 1808-2000

Portugal não ficou à margem dos grandes ciclos de mudança internacional na época contemporânea, como os das revoluções liberais e das duas grandes guerras mundiais, que se cruzaram com transformações económicas e políticas profundas, ou como o das descolonizações do século xx, indissociável das guerras coloniais sustentadas para tentar impedir a independência dos territórios africanos. Todos esses foram momentos de tensão nas relações internacionais portuguesas.

Entre rutura e continuidade, as relações de Portugal com o mundo nos últimos duzentos anos marcaram sucessivas conjunturas nacionais. A preocupação com os destinos dos territórios coloniais e com a própria independência face a Espanha, bem como a quase contínua exportação de mão-de-obra para outros países, foram temas recorrentes das conexões internacionais portuguesas. Mas também nelas ocupou, quase sempre, um lugar relevante a inserção económica e política em alianças mais amplas.

Combinar uma informação sustentada sobre o passado com as renovadas interrogações que o presente necessariamente convoca foi a intenção das diversas contribuições para este volume sobre Portugal e o Mundo na Época Contemporânea, da autoria de reconhecidos académicos e coordenado por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro.



Fundación
MAPFRE



Penguin
Random House
Grupo Editorial

 penguinlivros.pt
  penguinlivros
 editoraobjectiva

ISBN 9789897847974

